

**FORMULÁRIO DE ANÁLISE PARA PROPOSIÇÃO DE ATO NORMATIVO**

<b>Processo nº:</b>	00058.500830/2017-23	<b>Unidade Responsável (Sigla):</b>	GERE/SRA
<b>Assunto do normativo:</b>	Proposta de Revisão da Resolução nº 355, de 17/03/2015.		
<b>Tipo de ato normativo:</b>	<input type="checkbox"/> Novo	<input checked="" type="checkbox"/> Revisão	<input type="checkbox"/> Adequação Legal, em função do art. 47, I, da Lei da ANAC
<b>Origem da demanda:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Interna: Diretoria Colegiada da ANAC	<input type="checkbox"/> Externa:	

**1) Descreva o problema (atual ou futuro) que se pretende solucionar**

A proposta de revisão normativa vem atender à solicitação exarada no voto do Diretor-Relator do processo nº 00058.053417/2016-85, Voto DIR/RF, de 13/12/2016, em que se requer que a área técnica proponha adequações à Resolução nº 355/2015 com vistas a explicitar que a análise de pedido de reequilíbrio possa ser realizada, pontualmente, em relação a eventos específicos:

*Em adendo, cabe menção à petição consignada pela Concessionária, em sustentação oral, durante a 17ª Reunião Deliberativa da Diretoria Colegiada, ocorrida em 26/7/2016. Tal petição requereu a análise conjunta dos eventos trazidos pelo Pedido de Revisão Extraordinária. Neste ponto, adoto o entendimento da área técnica de que o pedido subsidiário apresentado pela Interessada na Carta s/n, de 25/8/2016, substitui, no mérito, àquela solicitação inicial. Desse modo, entende-se que a Concessionária admite que os 21 anexos constantes do Pedido de Revisão Extraordinária, cada qual representando potenciais dispêndios ou alegadas perdas de receitas pelos mais variados motivos, possam ser analisados e julgados de acordo com a motivação ou tipificação dos eventos apresentados na petição original. Observa-se que este já é o procedimento de análise adotado pela área técnica da Agência e que a manifestação protocolizada pela recorrente na ANAC em 25/8/2016 supre a recomendação exarada pela Procuradoria Federal junto à ANAC na Nota nº 00001/2016/SUB/PFANAC/PGF/AGU, de 22/11/2016, sobre a necessidade de estabelecimento de consenso com o recorrente para a análise e julgamento dos argumentos que compõem o pedido de revisão extraordinária.*

*Por fim, considerando os argumentos apresentados pela SRA no sentido de que a análise de pedido de reequilíbrio possa ser realizada pontualmente, em relação a eventos específicos, solicito à área técnica que adeque, no prazo de 30 dias, os termos da Resolução nº 355, de 17/3/2015, no que tange ao procedimento dos pedidos de Revisão Extraordinária dos contratos de concessão de infraestrutura aeroportuária federal, avaliando inclusive a possibilidade de se exigir que as concessionárias protocolem pleitos separados para cada evento.*

Assim, esta área técnica, em cumprimento à determinação da Diretoria da ANAC, propõe alterações pontuais na Resolução nº 355/2015 a fim de sanar as questões

decorrentes da análise dos eventos que compõe os pedidos de revisão extraordinária apresentados pelas Concessionárias.

2) Quais foram as alternativas consideradas para a resolução do problema? Explique brevemente cada (mínimo 2 opções, máximo 5). Indique e justifique a alternativa escolhida.

1º) Não propor adequações à Resolução nº 355/2015.

2º) Propor adequações à Resolução nº 355/2015.

A alternativa escolhida foi a nº 2: propor para deliberação da diretoria alterações pontuais na Resolução nº 355/2015 que visam sanar as questões decorrentes da análise dos eventos que compõe os pedidos de revisão extraordinária apresentados pelas Concessionárias.

3) Como o ato proposto resolverá o problema descrito no item 1?

As alterações propostas visam:

- Esclarecer que os eventos que compõem um pedido de revisão extraordinária podem ser analisados e decididos de forma individual ou conjunta de acordo com a motivação ou tipificação de cada um, evitando questionamentos sobre o assunto;
- Racionalizar o tratamento das informações (públicas e sigilosas), garantindo a publicidade e transparência dos pedidos de revisão.

4) Como será feita a implantação da norma e como essa implantação será acompanhada?

	Ações	Prazo	Acompanhamento
ANAC	Envio de Ofício Circular aos interessados	Imediato	Não há necessidade de acompanhamento

5) Quais são os dispositivos legais que autorizam a ANAC a regulamentar o assunto?

Art. 11, incisos IV e V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005;  
art. 20 do Decreto nº 7.205, de 10 de junho de 2010;  
art. 18 do Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011.

6) O regulamento proposto afetará outras áreas da Agência? Quais? Essas áreas foram contatadas? Como se posicionaram sobre o assunto?

O normativo não afetará demais áreas da Agência.

7) Existem outros órgãos/entidades afetados com a edição da norma? NÃO

<input type="checkbox"/>	ANVISA	<input type="checkbox"/>	COMAER	<input type="checkbox"/>	Polícia Federal	<input type="checkbox"/>	Receita Federal
--------------------------	--------	--------------------------	--------	--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------------

<input type="checkbox"/>	Outros:	Infraero e outros operadores de aeródromos
--------------------------	---------	--

Esses órgãos/entidades foram contatados? Como se posicionaram sobre o assunto?

8) O problema ou assunto já foi regulamentado em outros países?

<input type="checkbox"/>	SIM	Quais?	
--------------------------	-----	--------	--

<input checked="" type="checkbox"/>	NÃO		
-------------------------------------	-----	--	--

9) Existem normas vigentes no país, correlatas ao assunto?

<input type="checkbox"/>	SIM	Quais?	
--------------------------	-----	--------	--

<input checked="" type="checkbox"/>	NÃO		
-------------------------------------	-----	--	--

10) Descreva qualitativamente e, se possível, quantitativamente os **custos** do ato.

Não haverá custos adicionais na implementação da norma. Seu objetivo é apenas esclarecer método de análise dos pedidos de reequilíbrio já em prática pela Superintendência de Regulação Econômica.

11) Descreva qualitativamente e, se possível, quantitativamente os **benefícios** do ato.

Os benefícios consistem em permitir análise e conclusão mais célere dos eventos que compõem o pedido de revisão extraordinária dos Contratos de Concessão. Além disso, buscase, ainda, racionalizar o tratamento das informações, garantindo a publicidade e transparência dos pedidos de revisão.

12) Descreva os possíveis efeitos do ato proposto, conforme tabela abaixo.

	Efeitos positivos	Efeitos negativos
Empresas de transporte aéreo regular	Não afetará	Não afetará
Empresas de transporte aéreo não regular		
Empresas de serviços aéreos especializados		

Prestadores de serviços auxiliares ao transporte aéreo		
Operadores de Aeródromos	Não afetará	Não afetará
Fabricantes de Aeronaves	Não afetará	Não afetará
Fabricantes de peças e componentes aeronáuticos		
Proprietários de aeronaves		
Empresas de manutenção aeronáutica		
Mecânicos		
Escolas e Centros de Treinamento		
Tripulantes		
Passageiros		
Comunidades		
Meio ambiente		
Serviço Público	Racionalização da análise dos pedidos de revisão extraordinária dos Contratos de Concessão.	

13) Discorra sobre como se dará o processo de monitoramento do ato normativo.

Não há que se falar em monitoramento decorrente da aplicação das alterações normativas propostas.